

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001888-50.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Maria Jacira de Melo**
 Requerido: **Diego Henrique de Souza e outro**

Prioridade Idoso
 Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

MARIA JACIRA DE MELO ajuizou ação de **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, ESTÉTICOS E MATERIAIS c.c TUTELA ANTECIPADA EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO** em face de **DIEGO HENRIQUE DE SOUZA E KLEBER CORDEIRO**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, que em 14/09/2012 após sair do culto de uma igreja se dirigia até sua casa quando na tentativa de atravessar a esquina de uma avenida foi violentamente atropelada por uma motocicleta conduzida pelo primeiro réu, que trafegava em alta velocidade e sem as devidas cautelas. Experimentou severas fraturas na perna e no punho e posteriormente em decorrência da gravidade, em 16/10/2012 teve sua perna amputada. Alega que o condutor evadiu-se do local sem prestar qualquer socorro e não possuía habilitação. A motocicleta pertencia ao segundo requerido. Busca pensão mensal vitalícia e o pagamento de uma cadeira motorizada. Roga ainda, indenização a título de danos morais, materiais e estéticos. A inicial veio instruída por documentos às fls. 30/188.

Antecipação de tutela indeferida e designada audiência de conciliação às fls. 313/314 que restou infrutífera conforme fls. 327. Houve nova

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

designação de audiência de tentativa de conciliação às fls. 335 que restou novamente infrutífera (fls. 355/356).

O corréu Kleber Cordeiro apresentou contestação alegando: 1) preliminarmente sua ilegitimidade de parte, pois na data do acidente não era dono do ciclomotor; precluiu o direito para a autora apresentar rol de testemunhas e requerer perícia, tratando-se de rito sumário conforme dispõe os artigos 275 e 276 do CPC; 2) negociou a venda da motocicleta com uma determinada loja nesta cidade de São Carlos/ SP em 2011, sendo que a venda a terceiro foi concluída muito tempo após; só foi chamado em 2013 para a transferência em cumprimento do ato administrativo; 3) por conta do sinistro foi instaurado o processo nº 0021843552012 na terceira vara criminal nesta Comarca de São Carlos/SP e nele o MP pediu o arquivamento. Requereu o acolhimento das preliminares, a improcedência dos pedidos elencados na exordial, e se procedentes, requereu que honorários advocatícios não sejam arbitrados pelo valor da causa, sendo utilizado outro critério para arbitramento dos mesmos.

Sobreveio réplica às fls. 372/377.

Conforme já alinhavado na decisão de fls. 448 o corréu Diego é revel.

As partes foram instadas a produção de provas às fls. 378. O corréu Kleber Cordeiro manifestou interesse em prova documental às fls. 381/382, requerente requereu o julgamento antecipado às fls. 446/447. Conforme acima, o réu Diego foi declarado revel às fls. 448.

Designada audiência para oitiva de testemunhas às fls. 453 conforme termo de audiência de fls. 473/476.

É o relatório.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****Decido.**

O correquerido Diego é revel, devendo ser aplicada a ele a regra do art. 319, do CPC; diante do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, principalmente sua responsabilidade (culpa) pelos danos experimentados pela autora.

Temos assim, como ponto incontroverso – pois não contestado - que o motociclo HONDA/HORNET, placa DVY 1777, “**em nome**” do corréu Kleber, mas pertencente, de fato a EDSON, e dirigido pelo correquerido Diego, atropelou a autora, que caminhava pelo passeio público (calçada).

Como não há defesa específica sobre sua responsabilidade é de rigor que DIEGO seja condenado a pagar os danos morais, estéticos e materiais causados a autora e bem descritos na prova documental exibida a fls. 33/188.

Já o correquerido KLEBER não pode ser responsabilizado pelo acidente. Em declaração prestada perante a 2ª Delegacia Seccional de Policia, o Sr. Edson Cesar Manopelli declarou que na data era o verdadeiro dono e possuidor da motocicleta HONDA/HORNET, placa DVY 1777 que havia adquirido de Odair “da Paris” (estacionamento de veículos). Apenas não concretizou a imediata transferência perante o órgão de trânsito (a respeito confira-se fls. 383), em virtude de ainda estar pagando o preço parceladamente.

Relatou ainda não conhecer KLEBER.

Assim, não há razão para que KLEBER ocupe o pólo passivo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Reconhecida a responsabilidade do demandado Diego resta ao Juízo analisar a pertinência dos valores cobrados na inicial.

O pedido da autora abrange: i) pensão vitalícia; ii) danos morais; iii) danos estéticos.

A pensão vitalícia está prevista no artigo 950 do Código Civil, que dispõe: “se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu”.

Com o membro inferior amputado (ls. 179) e sem qualquer formação específica é óbvio que está ela alijada do mercado de trabalho.

Assim, a autora faz jus a uma pensão vitalícia em valor a ser definido oportunamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Neste sentido:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO LÍCITO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. ESTADO DE NECESSIDADE. JULGAMENTO ANTECIPADO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE DA SENTENÇA. LESÕES GRAVES. INCAPACIDADE PERMANENTE. PENSÃO VITALÍCIA. MULTA DO ARTIGO 538 DO CPC. INTUITO PREQUESTIONADOR. SÚMULA 98/STJ. (...) 7. **A pensão por incapacidade permanente decorrente de lesão corporal é vitalícia, não havendo o limitador da expectativa de vida. Doutrina e jurisprudência acerca da questão.** (...) 9. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA AFASTAR A MULTA DO ART. 538 DO CPC ' 1. – Grifei.

Não há como acolher o pleito relativo à cadeira de rodas motorizada, já que não consta dos autos documento médico indicando sua necessidade.

¹ STJ. Processo RESp 1278627 / SC. Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO - TERCEIRA TURMA. Data do Julgamento 18/12/2012.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Já no tocante aos danos morais (incluindo, ainda, danos estéticos), não há dúvida a respeito do abalo psíquico sofrido, uma vez que a autora terá de lidar eternamente com uma diminuição da mobilidade física. Inúmeras atividades que exigem esforço e movimentação do membro inferior esquerdo serão afetadas, se não integralmente, ao menos consideravelmente.

Por outro lado, como teve a perna amputada é evidente que a autora ficará marcada indelevelmente, e as dificuldades pelas quais passará certamente refletirão em seu íntimo, afetando sua autoestima.

Seu prejuízo estético é evidente.

No tocante à quantificação dos danos extrapatrimoniais, sabe-se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que o valor não tem a função de quantificar a dor, mas sim de mitigar a ofensa a um direito personalíssimo, de forma a servir como estímulo à vítima.

Nesse sentido, conforme ensinamentos de Agostinho Alvim²: "Não se pode admitir que o dinheiro faça cessar a dor, como faz cessar o prejuízo material. Mas o conforto que possa proporcionar mitigará, em parte, a dor moral, pela compensação que oferece".

Desta forma, impõe-se ao ofensor a obrigação de pagar certa quantia em dinheiro em favor do ofendido para reparar o mal causado. A doutrina brasileira, seguindo as esteiras do Direito Comparado, concede ao juiz amplos poderes para a definição da forma e da extensão da reparação cabível, em consonância com a própria natureza das funções que exerce no processo civil (artigos 139 e 140 do Código de Processo Civil).

Para essa fixação, devem-se levar em conta todos os fatores que envolveram a causa, ou seja, a conduta do réu, bem como as circunstâncias quando da violação do patrimônio moral.

No caso dos autos, a vítima não concorreu de qualquer forma para o evento danoso. Ainda, considerando a gravidade do acidente, e todas as consequências daí advindas, fixar-se-á a indenização extrapatrimonial em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Para fins de pagamento, deve o réu constituir capital para atender a obrigação alimentar decorrente de ato ilícito, nos termos do que dispõe o artigo 533

² "Da Inexecução das Obrigações e suas Consequências", página 208. Ed. Saraiva, 1946.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do Código de Processo Civil. Nesse sentido a súmula 313 do E. Superior Tribunal de Justiça (*"Em ação de indenização, procedente o pedido, é necessária a constituição de capital ou caução fidejussória para a garantia de pagamento de pensão, independentemente da situação financeira do demandado"*).

Ressalte-se que, segundo entendimento jurisprudencial, o valor arbitrado a título de indenização pode ser compensado com eventual recebimento de seguro DPVAT pela vítima, caso haja comprovação de seu recebimento, a ser apurado em oportunidade própria (nesse sentido: Apelação Cível nº 1876205-34.2005.8.13.0672, 18ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Guilherme Luciano Baeta Nunes. j. 15.12.2009, maioria, Publ. 15.01.2010).

Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito em relação à KLEBER CORDEIRO, nos termos do disposto no artigo 485, VI, do CPC. Deixo de condenar a requerente nas verbas da sucumbência porque não tinha ela conhecimento de que o veículo em questão já não pertencia ao correquerido quando do acidente.

Por outro lado, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial, com fundamento no art. 269, I, do CPC, para condenar **DIEGO HENRIQUE DE SOUZA** a pagar à autora **MARIA JACIRA DE MELO**: a) pensão vitalícia que será equacionada na fase de liquidação por artigos (art. 509, CPC), já que dos autos não constam os ganhos efetivos da autora na data do sinistro; b) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais/estéticos.

A pensão vitalícia inicia-se, com juros moratórios de 1% ao mês e correção monetária pela tabela do TJ/SP.

O valor do dano extrapatrimonial (moral e estético) tem correção

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

monetária a partir do arbitramento, segundo a tabela do TJ/SP, acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar do acidente.

Fica o réu remanescente, obrigado a constituir capital para atender a obrigação alimentar decorrente do ato ilícito.

Pela sucumbência, o réu arcará com o pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

P.R.I.

São Carlos, 08 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**